

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.261.998
Preferenciais	0
Total	2.261.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/12/2011
1	Ativo Total	10.950.232	10.734.530
1.01	Ativo Circulante	2.926.085	2.933.139
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	306.574	527.296
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.724	5.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.724	5.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	19.724	5.000
1.01.03	Contas a Receber	1.875.475	1.849.340
1.01.03.01	Clientes	1.875.475	1.849.340
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	1.592.323	1.602.291
1.01.03.01.02	Concessionários- Transporte de Energia	283.152	247.049
1.01.04	Estoques	33.576	26.671
1.01.06	Tributos a Recuperar	184.265	200.557
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	184.265	200.557
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	123.773	118.960
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	60.492	81.597
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	506.471	324.275
1.01.08.03	Outros	506.471	324.275
1.01.08.03.01	Fundos Vinculados	43.840	3.279
1.01.08.03.02	Contribuição de Iluminação Pública	64.846	62.889
1.01.08.03.03	Subvenção Baixa Renda	85.869	920
1.01.08.03.04	Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	17.440	0
1.01.08.03.05	Outros	294.476	257.187
1.02	Ativo Não Circulante	8.024.147	7.801.391
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.801.312	5.097.704
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	15.515	0
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	15.515	0
1.02.01.03	Contas a Receber	89.258	73.753
1.02.01.03.01	Clientes	89.258	73.753
1.02.01.06	Tributos Diferidos	572.696	755.838
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	572.696	755.838
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.123.843	4.268.113
1.02.01.09.03	Tributos Compensáveis	277.497	247.350
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	849.081	832.466
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro da Concessão	3.951.316	3.118.126
1.02.01.09.06	Outros Créditos	45.949	70.171
1.02.04	Intangível	2.222.835	2.703.687
1.02.04.01	Intangíveis	2.222.835	2.703.687
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.222.835	2.703.687

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/12/2011
2	Passivo Total	10.950.232	10.734.530
2.01	Passivo Circulante	3.906.167	2.604.761
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	144.821	168.454
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	144.821	168.454
2.01.02	Fornecedores	862.146	753.131
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	862.146	753.131
2.01.03	Obrigações Fiscais	425.024	340.956
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	150.631	76.239
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	57.916	0
2.01.03.01.02	COFINS	59.407	37.668
2.01.03.01.03	PASEP	12.898	8.178
2.01.03.01.04	INSS	13.159	16.392
2.01.03.01.05	Outros	7.251	14.001
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	269.193	259.613
2.01.03.02.01	ICMS	269.193	259.613
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.200	5.104
2.01.03.03.01	ISSQN	5.200	5.104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.566.649	626.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.542.205	603.235
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.509.706	570.608
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	32.499	32.627
2.01.04.02	Debêntures	24.444	22.765
2.01.05	Outras Obrigações	907.527	716.220
2.01.05.02	Outros	907.527	716.220
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	352.781	109.215
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	224.260	210.312
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	77.868	59.437
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	43.650	53.687
2.01.05.02.07	Provisões para Perdas - Instrumentos Financeiros	0	25.764
2.01.05.02.08	Contribuição de Iluminação Pública	124.800	114.586
2.01.05.02.09	Outras	84.168	143.219
2.02	Passivo Não Circulante	4.348.881	5.473.306
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.094.314	2.885.222
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.217.357	2.032.642
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.184.238	1.975.427
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.119	57.215
2.02.01.02	Debêntures	876.957	852.580
2.02.02	Outras Obrigações	2.131.195	2.207.823
2.02.02.02	Outros	2.131.195	2.207.823
2.02.02.02.03	Encargos Regulatórios	135.856	187.753
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	618.566	661.326
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	1.359.188	1.339.105
2.02.02.02.07	Outras	17.585	19.639
2.02.03	Tributos Diferidos	0	276.577
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	276.577
2.02.03.01.01	Imposto de Renda	0	203.366

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/12/2011
2.02.03.01.02	Contribuição Social	0	73.211
2.02.04	Provisões	123.372	103.684
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	101.116	79.037
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.400	3.109
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	17.480	18.469
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	80.236	57.459
2.02.04.02	Outras Provisões	22.256	24.647
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	223	276
2.02.04.02.04	Provisões Processos Administrativos da ANEEL	14.306	20.238
2.02.04.02.05	Outros	7.727	4.133
2.03	Patrimônio Líquido	2.695.184	2.656.463
2.03.01	Capital Social Realizado	2.261.998	2.261.998
2.03.04	Reservas de Lucros	150.900	394.465
2.03.04.01	Reserva Legal	150.900	150.900
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	243.565	243.565
2.03.04.10	Dividendo Adicional Declarado	-243.565	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	282.286	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.356.500	4.471.887	2.137.688	4.082.391
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.895.784	-3.500.183	-1.706.108	-3.162.257
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-991.479	-1.780.889	-706.337	-1.463.718
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-192.920	-391.911	-163.565	-318.811
3.02.03	Pessoal e Administradores	-150.331	-307.243	-179.728	-314.410
3.02.04	Materiais	-9.178	-15.481	-16.931	-23.354
3.02.05	Serviços de Terceiros	-122.887	-241.689	-161.852	-248.229
3.02.06	Amortização	-83.935	-158.498	-85.947	-169.668
3.02.07	Provisões Operacionais	15.502	-27.032	-51.161	-37.780
3.02.08	Custo de Construção	-341.471	-542.426	-353.143	-572.165
3.02.09	Outras	-19.085	-35.014	12.556	-14.122
3.03	Resultado Bruto	460.716	971.704	431.580	920.134
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-178.825	-397.917	-127.330	-322.336
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.522	-26.089	-14.837	-25.346
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-94.304	-222.404	-38.067	-173.654
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-73.999	-149.424	-74.426	-123.336
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	281.891	573.787	304.250	597.798
3.06	Resultado Financeiro	-86.308	-144.107	-48.768	-122.425
3.06.01	Receitas Financeiras	65.538	149.113	74.730	136.583
3.06.02	Despesas Financeiras	-151.846	-293.220	-123.498	-259.008
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	195.583	429.680	255.482	475.373
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-66.494	-147.394	-85.614	-161.906
3.08.01	Corrente	-120.615	-265.658	-131.369	-192.099
3.08.02	Diferido	54.121	118.264	45.755	30.193
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	129.089	282.286	169.868	313.467
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	129.089	282.286	169.868	313.467
3.99.01.01	ON	0,0571	0,1248	0,07512	0,1386
3.99.02.01	ON	0,0571	0,1248	0,07512	0,1386

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	129.089	282.286	169.868	313.467
4.03	Resultado Abrangente do Período	129.089	282.286	169.868	313.467

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	323.728	542.114
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	954.368	1.014.965
6.01.01.01	Resultado do Período	282.286	313.467
6.01.01.02	Amortização	176.471	189.595
6.01.01.03	Baixas Líquidas de Intangível	13.286	2.741
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	200.464	195.069
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	147.394	161.906
6.01.01.06	Provisões para Perdas Operacionais	53.120	63.126
6.01.01.07	Obrigações Pós-emprego	81.347	89.061
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-630.640	-472.851
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-32.371	-92.614
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	-34.960	26.819
6.01.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	21.105	71.871
6.01.02.04	Transporte de Energia	-35.358	967
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-16.615	-133.996
6.01.02.07	Fornecedores	109.015	-18.657
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-16.608	195.411
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social - Passivo	-182.913	-126.890
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	-23.633	-21.260
6.01.02.11	Encargos do Consumidor a Recolher	-37.949	-62.625
6.01.02.12	Empréstimos e Financiamentos	-119.499	-142.617
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-71.301	-69.924
6.01.02.14	Perdas Instrumentos Financeiros	-25.764	-14.709
6.01.02.15	Outros	-163.789	-84.627
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-613.226	-579.826
6.02.01	Em Intangível	-542.426	-572.165
6.02.02	Em Fundos Vinculados	-40.561	-7.661
6.02.03	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-30.239	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	68.776	215.791
6.03.01	Financiamentos Obtidos	232.220	427.380
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-163.444	-166.570
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	-45.019
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-220.722	178.079
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	527.296	503.409
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	306.574	681.488

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.261.998	0	394.465	0	0	2.656.463
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.261.998	0	394.465	0	0	2.656.463
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-243.565	0	0	-243.565
5.04.06	Dividendos	0	0	-243.565	0	0	-243.565
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	282.286	0	282.286
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	282.286	0	282.286
5.07	Saldos Finais	2.261.998	0	150.900	282.286	0	2.695.184

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.261.998	0	114.901	0	0	2.376.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.261.998	0	114.901	0	0	2.376.899
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	313.467	0	313.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	313.467	0	313.467
5.07	Saldos Finais	2.261.998	0	114.901	313.467	0	2.690.366

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	6.855.373	6.259.096
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.339.036	5.712.277
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	542.426	572.165
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-26.089	-25.346
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.336.002	-2.944.994
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.389.111	-1.953.505
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-346.939	-349.088
7.02.04	Outros	-599.952	-642.401
7.02.04.01	Custo de Construção	-542.426	-572.165
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-57.526	-70.236
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.519.371	3.314.102
7.04	Retenções	-176.471	-189.595
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-176.471	-189.595
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.342.900	3.124.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	149.113	136.583
7.06.02	Receitas Financeiras	149.113	136.583
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.492.013	3.261.090
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.492.013	3.261.090
7.08.01	Pessoal	449.495	379.881
7.08.01.01	Remuneração Direta	293.860	239.213
7.08.01.02	Benefícios	124.788	115.703
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.065	20.657
7.08.01.04	Outros	8.782	4.308
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.430.900	2.277.973
7.08.02.01	Federais	1.171.796	1.122.881
7.08.02.02	Estaduais	1.256.800	1.152.954
7.08.02.03	Municipais	2.304	2.138
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	329.332	289.769
7.08.03.01	Juros	293.219	259.007
7.08.03.02	Aluguéis	36.113	30.762
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	282.286	313.467
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	282.286	313.467

(Reais Mil)

Código da
Conta Descrição da Conta

Trimestre Atual
01/01/0001 à 01/01/0001

(Reais Mil)

Código da
Conta Descrição da Conta

Trimestre Atual
01/01/0001 à 01/01/0001

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

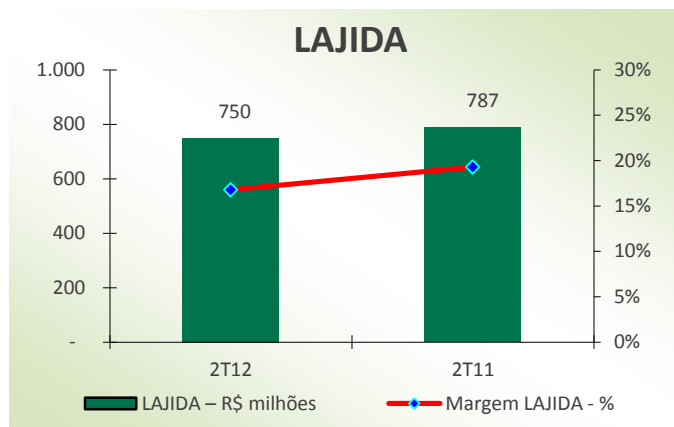
Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2012, um Lucro Líquido de R\$282.286, em comparação ao Lucro Líquido de R\$313.467, no primeiro semestre de 2011, uma redução de 9,95%. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 11,87% nos Custos e Despesas Operacionais, que foram, parcialmente, compensados pelo aumento de 9,54% na Receita Líquida. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 4,72% no primeiro semestre de 2012 na comparação com o mesmo período de 2011:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2012	30/06/2011	Var. %
Resultado do Período	282.286	313.467	(9,95)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	147.394	161.906	(8,96)
+ Resultado Financeiro Líquido	144.107	122.425	17,71
+ Amortização	176.471	189.595	(6,92)
= LAJIDA	750.258	787.393	(4,72)



A redução do LAJIDA no primeiro semestre de 2012, em comparação ao primeiro semestre de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 12,95% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização), que foi parcialmente compensado pelo aumento de 9,54% na receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 19,29%, no primeiro semestre de 2011, para 16,78%, no primeiro semestre de 2012.



Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.260.580 no primeiro semestre de 2012, em comparação a R\$4.727.774 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 11,27%.

No que se refere à venda para consumidores finais, que foi de R\$5.264.897 no primeiro semestre de 2012, em comparação a R\$4.716.108 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 11,64%, os principais impactos na Receita, no primeiro semestre de 2012, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/2012	30/06/2011	Var %
Residencial	4.383.682	4.268.700	2,69
Industrial	2.093.784	2.414.026	(13,27)
Comércio, Serviços e Outros	2.721.614	2.614.405	4,10
Rural	1.264.667	1.141.364	10,80
Poder Público	409.577	402.198	1,83
Iluminação Pública	615.371	578.224	6,42
Serviço Público	578.059	565.999	2,13
Total	12.066.754	11.984.916	0,68

A redução de 13,27% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor industrial, que foi compensada pelo aumento nas classes residencial, comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 1,72%, 5,46% e 18,21% nessa ordem.

Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro a maio.

Outras Receitas Operacionais

Referem-se aos serviços taxados, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função do serviço concedido e apresentou um aumento de 67,77% nos semestres comparados (R\$153.186, no primeiro semestre de 2012, em comparação a R\$91.305 no primeiro semestre de 2011). Esta variação decorre, principalmente, dos novos critérios definidos pela ANEEL, por meio da Resolução 472 de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro semestre de 2012 foram de R\$2.409.575, comparados a R\$2.202.051, do primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 9,42%.

As principais variações nas deduções à Receita estão relacionadas a seguir, onde os encargos sobre a Receita representam um Custo não controlável, sendo que diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$ 254.837, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$263.943, do primeiro semestre de 2011, representando uma redução de 3,45%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$ 225.418, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$196.047, do primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 14,98%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, sendo os pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão - RGR

Os encargos referentes a RGR foram de R\$49.697, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$ 29.354, do primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 69,30%. A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$3.898.100, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$3.484.593, do primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 11,87%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.780.889, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$1.463.718, do primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 21,67%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 123,65% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$320.256 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$143.195 do primeiro semestre de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$27,77 por MWh no primeiro semestre de 2011 para R\$ 115,15 por MWh no primeiro semestre de 2012, somado ao aumento nos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), em função de despachos de usinas térmicas;
- aumento de 10,45% no volume de energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;



- aumento de 13,57% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$417.243 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$367.397 no primeiro semestre de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2012, comparada a uma valorização no primeiro semestre de 2011. O Dólar apresentou, no primeiro semestre de 2012, uma valorização de 7,76% frente ao Real e, no mesmo período de 2011, uma desvalorização de 6,31%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$391.911 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$318.811 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 22,93%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$ 542.426, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$572.165, do mesmo período de 2011, uma redução de 5,20%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$78.828 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$20.043 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 293,29%. O valor provisionado no primeiro semestre de 2012 refere-se a parte da participação nos resultados já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011, válida para 2011 e 2012, somada ao ajuste em 2011 do valor provisionado no ano anterior de participação nos resultados, no valor credor de R\$15.746.



Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$53.120 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$63.126 no primeiro semestre de 2011, representando uma redução de 15,85%, decorrente, principalmente, da reavaliação de valor relativo a um termo de notificação da ANEEL referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro semestre de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$144.107, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$122.425 no mesmo período de 2011, um aumento de 17,71%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 18,13% nos Encargos de Empréstimos e Financiamento, que foi de R\$162.593 no primeiro semestre de 2012 em comparação a R\$137.643 do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011;
- redução de 19,07% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$24.443 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$30.202 do mesmo período de 2011, somada à redução de 24,22% nas variações monetárias relativas às Obrigações Pós-Emprego (FORLUZ), R\$34.403 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$45.396 no primeiro semestre de 2011. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no primeiro semestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011;
- redução de 39,91% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$16.903 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$28.128 do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Informações Contábeis Intermediárias.



Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2012, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$147.394 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$429.680, representando um percentual de 34,30%. No primeiro semestre de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$161.906 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$475.373, representando um percentual de 34,06%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

	Segundo Trim/2012	Segundo Trim/2011	Var. %
RECEITA	2.356.500	2.137.688	10,24
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(180.597)	(179.979)	0,34
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(41.673)	(3.333)	1.150,32
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(23.472)	(21.832)	7,51
Materiais	(11.707)	(20.863)	(43,89)
Serviços de Terceiros	(162.425)	(170.680)	(4,84)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(991.479)	(706.337)	40,37
Amortização	(90.084)	(95.191)	(5,37)
Provisões Operacionais	4.981	(44.127)	(111,29)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(341.471)	(353.143)	(3,31)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(192.920)	(163.565)	17,95
Outras Despesas Líquidas	(43.762)	(74.388)	(41,17)
	(2.074.609)	(1.833.438)	13,15
Resultado antes do Resultado Financeiro	281.891	304.250	(7,35)
Resultado Financeiro Líquido	(86.308)	(48.768)	76,98
Resultado antes dos Impostos	195.583	255.482	(23,45)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(120.615)	(131.369)	(8,19)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.121	45.755	18,28
Resultado do Período	129.089	169.868	(24,01)
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária	0,0571	0,0751	

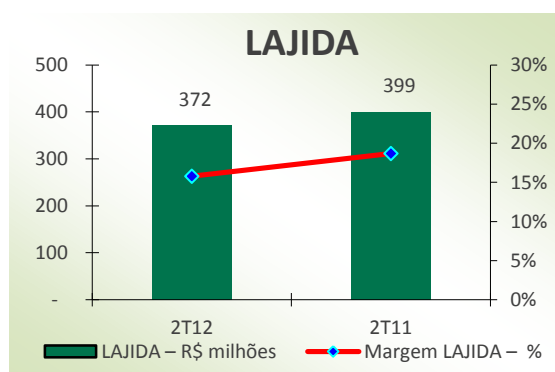
Lucro do Trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2012, um Lucro de R\$129.089, em comparação ao Lucro de R\$169.868 no segundo trimestre de 2011, com uma redução de 24,01% entre os períodos comparados. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 13,15% nos Custos e Despesas Operacionais, parcialmente compensado pelo aumento de 10,24% na Receita, somado ao aumento de 76,98% nas Despesas Financeiras Líquidas.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição, no segundo trimestre de 2012, apresentou uma redução de 6,88% na comparação com o mesmo período de 2011.

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var %
Resultado do Período	129.089	169.868	(24,01)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	66.494	85.614	(22,33)
+ Resultado Financeiro Líquido	86.308	48.768	76,98
+ Amortização	90.084	95.191	(5,37)
= LAJIDA	371.975	399.441	(6,88)



A redução do LAJIDA, no segundo trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 14,17% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos das Despesas com Amortização, que foi, parcialmente, compensado pelo aumento de 10,24% na Receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 18,69%, no segundo trimestre de 2011, para 15,79%, no segundo trimestre de 2012.

Receita

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	2.680.129	2.423.580
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	466.642	445.857
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	341.471	353.143
Outras Receitas Operacionais	71.343	46.041
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas Acima	(1.203.085)	(1.130.933)
Receita Total	2.356.500	2.137.688

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11 Reclassificado	Var. %
Residencial	2.197.817	2.085.684	5,38	1.216.212	1.042.668	16,64
Industrial	1.049.500	1.186.984	(11,58)	395.492	405.096	(2,37)
Comércio, Serviços e Outros	1.347.886	1.289.899	4,50	616.309	558.619	10,33
Rural	701.811	608.224	15,39	191.897	163.320	17,50
Poder Público	214.249	207.368	3,32	93.795	86.271	8,72
Iluminação Pública	306.101	299.293	2,27	84.418	78.621	7,37
Serviço Público	288.651	282.748	2,09	86.441	80.898	6,85
Subtotal	6.106.015	5.960.200	2,45	2.684.564	2.415.493	11,14
Consumo Próprio	8.387	8.856	(5,30)	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(4.435)	8.087	(154,84)
	6.114.402	5.969.056	2,43	2.680.129	2.423.580	10,59
Transações com Energia na CCEE (**)	3.908	43.953	(91,11)	-	-	-
	6.118.310	6.013.009	1,75	2.680.129	2.423.580	10,59

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.680.129 no segundo trimestre de 2012, em comparação a R\$2.423.580, no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 10,59%.

No que se refere à venda para consumidores finais, que foi de R\$2.684.564 no segundo trimestre de 2012, em comparação a R\$2.415.493 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 11,14%, os principais impactos decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;
- aumento de 2,45% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo o consumo próprio), com destaque para as classes residencial, comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 1,72%, 5,46% e 18,21% nessa ordem;
- adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro a maio;
- redução de 11,58% no volume de energia faturada a consumidores finais da classe industrial, devido, entre outros fatores, ao desaquecimento das atividades no setor.

Outras Receitas Operacionais

Referem-se aos serviços taxados, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função do serviço concedido e apresentou um aumento de 54,96% nos trimestres comparados (R\$71.343, no segundo trimestre de 2012, em comparação a R\$46.041 no segundo trimestre de 2011). Esta variação decorre, principalmente, dos novos critérios definidos pela ANEEL, por meio da Resolução 472 de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var %
Impostos sobre a Receita:			
ICMS	641.059	576.996	11,10
COFINS	428.768	392.642	9,20
PIS-PASEP	(135.603)	(117.528)	15,38
ISSQN	70	217	(67,74)
	<u>934.294</u>	<u>852.327</u>	<u>9,62</u>
Encargos do Consumidor:			
Reserva Global de Reversão - RGR	27.445	16.694	64,40
Programa de Eficiência Energética - PEE	10.177	8.293	22,72
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	112.709	98.023	14,98
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	102.177	142.316	(28,20)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.071	3.317	22,73
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.071	3.317	22,73
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.035	1.659	22,66
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	6.106	4.987	22,44
	<u>268.791</u>	<u>278.606</u>	<u>(3,52)</u>
	<u>1.203.085</u>	<u>1.130.933</u>	<u>6,38</u>

As principais variações nas deduções à Receita estão relacionadas a seguir, onde os encargos sobre a Receita representam um Custo não controlável, sendo que diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos, referentes à CCC foram de R\$102.177, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$142.316 no segundo trimestre de 2011, representando uma redução de 28,20%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.



Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos, referentes à CDE, foram de R\$112.709, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$98.023 no segundo trimestre de 2011, um aumento de 14,98%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão - RGR

Os encargos referentes a RGR foram de R\$27.445, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$ 16.694, do segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 64,40%. A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.074.609, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$1.833.438, do segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 13,15%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$991.479, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$706.337, do segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 40,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 160,18% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$212.547 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$81.693 do segundo trimestre de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$128,71 por MWh no segundo trimestre de 2011 para R\$137,81 por MWh no segundo trimestre de 2012, somado ao aumento nos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), em função de despachos de usinas térmicas;



- aumento de 35,11% no volume de energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;
- aumento de 25,85% no gasto com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$226.332 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$179.845 no segundo trimestre de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no segundo trimestre de 2012, comparada a uma valorização no segundo trimestre de 2011. O Dólar apresentou, no segundo trimestre de 2012, uma valorização de 7,76% frente ao Real e, no mesmo período de 2011, uma desvalorização de 6,31%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$192.920 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$163.565 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 17,95%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$ 341.471, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$353.143, do mesmo período de 2011, uma redução de 3,31%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$41.673 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$3.333 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 1.150,32%. O valor provisionado no segundo trimestre de 2012 refere-se a parte da participação nos resultados já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011, válida para 2011 e 2012, somada ao ajuste em 2011 do valor provisionado no ano anterior de participação nos resultados, no valor credor de R\$15.746 e o fato do provisionamento da participação nos resultados de 2011 ter ocorrido em abril de 2012, e do trimestre do ano anterior ter ocorrido em março.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma reversão de R\$4.981 no segundo trimestre de 2012, comparados a uma adição de R\$44.127 no segundo trimestre de 2011, decorrente, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos discutindo relações de consumo, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas foram de R\$43.762 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$74.388 do mesmo período de 2011, o que representou uma redução de 41,17%, decorrente, principalmente, da redução na taxa cobrada pelo uso de faixas de rodovias pelas linhas e redes da Companhia.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	7.964	18.463	(56,87)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	37.420	32.069	16,69
Variações Cambiais	(4.330)	10.258	(142,21)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	13.115	-	-
Outras	11.369	13.940	(18,44)
	65.538	74.730	(12,30)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(80.436)	(70.040)	14,84
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(16.193)	(21.984)	(26,34)
Variações Cambiais	(19.813)	(1.975)	903,19
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(14.881)	(11.438)	30,10
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(3.417)	(100,00)
Variação Monetária P&D e PEE	(4.288)	(6.450)	(33,52)
Outras	(16.235)	(8.194)	98,13
	(151.846)	(123.498)	22,95
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(86.308)	(48.768)	76,98

O Resultado Financeiro Líquido, no segundo trimestre de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$86.308, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$48.768 no mesmo período de 2011, um aumento de 76,98%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 14,84% nos Encargos de Empréstimos e Financiamento, que foi de R\$80.436 no segundo trimestre de 2012 em comparação a R\$70.040 do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas em 20 de abril de 2011;



- redução de 26,34% nas variações monetárias relativas às Obrigações Pós-Emprego (FORLUZ), R\$16.193 no segundo trimestre de 2012 comparados a R\$21.984 no segundo trimestre de 2011, parcialmente, compensada pelo aumento de 30,10% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$14.881 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$11.438 do mesmo período de 2011. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no segundo trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, que foi, parcialmente, compensada pelas novas captações realizadas em 20 de abril de 2011;
- perdas líquidas com variações cambiais, no segundo trimestre de 2012, no valor de R\$11.028, líquidos dos efeitos compensatórios dos Instrumentos Financeiros, comparadas aos ganhos líquidos de R\$4.866 no mesmo período de 2011, advindos, principalmente, de Empréstimos e Financiamentos indexados ao Dólar, decorrente da desvalorização do Real frente ao Dólar no segundo trimestre de 2012, comparada a uma valorização no segundo trimestre de 2011. O Dólar apresentou, no segundo trimestre de 2012, uma valorização de 7,76% frente ao Real e, no mesmo período de 2011, uma desvalorização de 6,31%;
- redução de 56,87% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$7.964 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$18.463 do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº **Erro!** **Fonte de referência não encontrada.** das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2012, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$66.494 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$195.583, representando um percentual de 34%. No segundo trimestre de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$85.614 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$255.482, representando um percentual de 33,51%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº **Erro!** **Fonte de referência não encontrada.** das Informações Contábeis Intermediárias.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2012	31/12/2011 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	306.574	527.296
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	19.724	5.000
Consumidores e Revendedores	5	1.592.323	1.602.291
Concessionários – Transporte de Energia	5	283.152	247.049
Tributos Compensáveis	6	123.773	118.960
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7a	60.492	81.597
Fundos Vinculados		43.840	3.279
Estoques		33.576	26.671
Contribuição de Iluminação Pública		64.846	62.889
Subvenção Baixa Renda		85.869	920
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	22	17.440	-
Outros		294.476	257.187
TOTAL DO CIRCULANTE		2.926.085	2.933.139
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	15.515	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	572.696	755.838
Tributos Compensáveis	6	277.497	247.350
Depósitos Vinculados a Litígios	8	849.081	832.466
Consumidores e Revendedores	5	78.072	61.822
Concessionários – Transporte de Energia	5	11.186	11.931
Outros Créditos		45.949	70.171
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	9	3.951.316	3.118.126
Intangíveis	10	2.222.835	2.703.687
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.024.147	7.801.391
ATIVO TOTAL		10.950.232	10.734.530

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	13	1.542.205	603.235
Debêntures	13	24.444	22.765
Fornecedores	11	862.146	753.131
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	367.108	340.956
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	57.916	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		352.781	109.215
Salários e Encargos Sociais		144.821	168.454
Encargos Regulatórios	14	224.260	210.312
Participações nos Lucros		77.868	59.437
Obrigações Pós-Emprego	15	43.650	53.687
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	22	-	25.764
Contribuição de Iluminação Pública		124.800	114.586
Outras		84.168	143.219
TOTAL DO CIRCULANTE		3.906.167	2.604.761
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	13	1.217.357	2.032.642
Debêntures	13	876.957	852.580
Provisões	16	123.372	103.684
Obrigações Pós-Emprego	15	1.359.188	1.339.105
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	618.566	661.326
Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	-	276.577
Encargos Regulatórios	14	135.856	187.753
Outras		17.585	19.639
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.348.881	5.473.306
TOTAL DO PASSIVO		8.255.048	8.078.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR			
	17		
Capital Social		2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		150.900	394.465
Lucros Acumulados		282.286	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.695.184	2.656.463
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.950.232	10.734.530

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
RECEITA	18	4.471.887	4.082.391
CUSTOS OPERACIONAIS	19		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.780.889)	(1.463.718)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(391.911)	(318.811)
		<u>(2.172.800)</u>	<u>(1.782.529)</u>
CUSTOS	19		
Pessoal e Administradores		(307.243)	(314.410)
Materiais		(15.481)	(23.354)
Serviços de Terceiros		(241.689)	(248.229)
Amortização		(158.498)	(169.668)
Provisões Operacionais		(27.032)	(37.780)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(542.426)	(572.165)
Outras		(35.014)	(14.122)
		<u>(1.327.383)</u>	<u>(1.379.728)</u>
CUSTO TOTAL		(3.500.183)	(3.162.257)
LUCRO BRUTO		971.704	920.134
DESPESA OPERACIONAL	19		
Despesas com Vendas		(26.089)	(25.346)
Despesas Gerais e Administrativas		(222.404)	(173.654)
Outras Despesas Operacionais		(149.424)	(123.336)
		<u>(397.917)</u>	<u>(322.336)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		573.787	597.798
Receitas Financeiras	20	149.113	136.583
Despesas Financeiras	20	(293.220)	(259.008)
Resultado antes dos Impostos		429.680	475.373
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	7c	(265.658)	(192.099)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7c	118.264	30.193
RESULTADO DO PERÍODO		282.286	313.467
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,1248	0,1386

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Abr a Jun/12	Abr a Jun/11 Reclassificado
RECEITA	2.356.500	2.137.688
CUSTOS OPERACIONAIS		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(991.479)	(706.337)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(192.920)	(163.565)
	<u>(1.184.399)</u>	<u>(869.902)</u>
CUSTOS		
Pessoal e Administradores	(150.331)	(179.728)
Materiais	(9.178)	(16.931)
Serviços de Terceiros	(122.887)	(161.852)
Amortização	(83.935)	(85.947)
Provisões Operacionais	15.502	(51.161)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(341.471)	(353.143)
Outras	(19.085)	12.556
	<u>(711.385)</u>	<u>(836.206)</u>
CUSTO TOTAL	(1.895.784)	(1.706.108)
LUCRO BRUTO	460.716	431.580
DESPESA OPERACIONAL		
Despesas com Vendas	(10.522)	(14.837)
Despesas Gerais e Administrativas	(94.304)	(38.067)
Outras Despesas Operacionais	(73.999)	(74.426)
	<u>(178.825)</u>	<u>(127.330)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	281.891	304.250
Receitas Financeiras	65.538	74.730
Despesas Financeiras	(151.846)	(123.498)
Resultado antes dos Impostos	195.583	255.482
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(120.615)	(131.369)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.121	45.755
RESULTADO DO PERÍODO	129.089	169.868
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária	0,0571	0,0751

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.261.998	114.901	-	2.376.899
Resultado do Período	-	-	313.467	313.467
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	2.261.998	114.901	313.467	2.690.366
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.261.998	394.465	-	2.656.463
Resultado do Período	-	-	282.286	282.286
Dividendos Declarados (R\$107,68 por lote de mil ações)	-	(243.565)	-	(243.565)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	2.261.998	150.900	282.286	2.695.184

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	282.286	313.467
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	176.471	189.595
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	13.286	2.741
Juros e Variações Monetárias	200.464	195.069
Imposto de Renda e Contribuição Social	147.394	161.906
Provisões para Perdas Operacionais	53.120	63.126
Obrigações Pós-emprego	81.347	89.061
	954.368	1.014.965
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(32.371)	(92.614)
Tributos Compensáveis	(34.960)	26.819
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.105	71.871
Transporte de Energia	(35.358)	967
Depósitos Judiciais	(16.615)	(133.996)
Outros	(123.986)	(44.467)
	(222.185)	(171.420)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	109.015	(18.657)
Impostos, Taxas e Contribuições	(16.608)	195.411
Imposto de Renda e Contribuição Social	(182.913)	(126.890)
Salários e Contribuições Sociais	(23.633)	(21.260)
Encargos do Consumidor a Recolher	(37.949)	(62.625)
Empréstimos e Financiamentos	(119.499)	(142.617)
Obrigações Pós-Emprego	(71.301)	(69.924)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(25.764)	(14.709)
Outros	(39.803)	(40.160)
	(408.455)	(301.431)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	323.728	542.114
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(30.239)	-
Em Fundos Vinculados	(40.561)	(7.661)
Em Intangível	(542.426)	(572.165)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(613.226)	(579.826)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	232.220	427.380
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(163.444)	(166.570)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(45.019)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	68.776	215.791
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(220.722)	178.079
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	527.296	503.409
No fim do período	306.574	681.488
	(220.722)	178.079
PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO		
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	119.380	136.618
Imposto de Renda e Contribuição Social	175.955	330.509

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	30/06/2012		30/06/2011	
			Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	6.339.036		5.712.277	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	542.426		572.165	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.089)		(25.346)	
	<u>6.855.373</u>		<u>6.259.096</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.955.701)		(1.600.771)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(433.410)		(352.734)	
Serviços de Terceiros	(325.044)		(315.870)	
Materiais	(21.895)		(33.218)	
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(542.426)		(572.165)	
Outros Custos Operacionais	(57.526)		(70.236)	
	<u>(3.336.002)</u>		<u>(2.944.994)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>3.519.371</u>		<u>3.314.102</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(176.471)		(189.595)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>3.342.900</u>		<u>3.124.507</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	149.113		136.583	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>3.492.013</u>		<u>3.261.090</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	449.495	12,87	379.881	11,65
Remuneração Direta	293.860	8,42	239.213	7,34
Benefícios	124.788	3,57	115.703	3,55
FGTS	22.065	0,63	20.657	0,63
Outros	8.782	0,25	4.308	0,13
Impostos, Taxas e Contribuições	2.430.900	69,61	2.277.973	69,85
Federais	1.171.796	33,56	1.122.881	34,43
Estaduais	1.256.800	35,99	1.152.954	35,35
Municipais	2.304	0,07	2.138	0,07
Remuneração de Capitais de Terceiros	329.332	9,43	289.769	8,89
Juros	293.219	8,40	259.007	7,94
Aluguéis	36.113	1,03	30.762	0,94
Remuneração de Capital Próprio	282.286	8,08	313.467	9,61
Lucros Acumulados	282.286	8,08	313.467	9,61
	<u>3.492.013</u>	<u>100,00</u>	<u>3.261.090</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.429.848 consumidores em 30 de junho de 2012.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.



2.2. Reclassificações de saldos contábeis

Conta de origem		Conta de Reclassificação	
Balço Patrimonial	31/12/2011	Balço Patrimonial	31/12/2011
Ativo Circulante		Ativo Circulante	
Outros	(5.920)	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5.000
	(5.920)	Subvenção Baixa Renda	920
			5.920
Demonstração de Resultado	30/06/2011	Demonstração de Resultado	30/06/2011
Custos		Despesas Operacionais	
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(20.043)	Outras Despesas Operacionais	20.043
Resultado Financeiro Líquido	(122.425)	Receitas Financeiras	136.583
	(122.425)	Despesas Financeiras	(259.008)
			(122.425)
Demonstração do Fluxo de Caixa	30/06/2011	Demonstração do Fluxo de Caixa	30/06/2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
(Aumento) Redução de Ativos		(Aumento) Redução de Ativos	
Outros Ativos Circulantes	(54.486)	Outros	54.486
Aumento (Redução) de Passivos		Aumento (Redução) de Passivos	
Impostos, Taxas e Contribuições	(192.100)	Imposto de Renda e contribuição Social	192.100
Aumento (Redução) de Passivos		(Aumento) Redução de Ativos	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(126.891)	Imposto de Renda e Contribuição Social	126.891
Aumento (Redução) de Passivos		Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(192.099)	Imposto de Renda e Contribuição Social	192.099
Aumento (Redução) de Passivos		Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa	
Empréstimos e Financiamentos	(171.616)	Juros e Variações Monetárias	171.616
Demonstração do Valor Adicionado	30/06/2011	Demonstração do Valor Adicionado	30/06/2011
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	-	Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	572.165
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	-	Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(572.165)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	137.053		
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	33.923		
Aluguéis	1.422	Impostos, Taxas e Contribuições - Federais	(172.398)
	172.398		(172.398)
Receitas Financeiras	-	Receitas Financeiras	(75.578)
Remuneração de Capital de Terceiros - Juros	-	Remuneração de Capital de Terceiros - Juros	(75.578)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar um melhor entendimento dos seguintes itens:

- Receita e Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição: apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações de Resultados e Demonstrações do Valor Adicionado no segundo trimestre de 2011, foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas receitas e despesas operacionais;



- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais no segundo trimestre de 2011, foi reclassificada para outras despesas operacionais por se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Resultado financeiro: apresentados os resultados dos instrumentos financeiros pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período;
- Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentadas líquidas dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo no segundo trimestre de 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais.

Os demais itens foram reclassificados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

2.3. Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

As informações referentes aos Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas ainda não adotados pela companhia não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.6 letra q às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

2.4. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue, abaixo, a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2011 e as Demonstrações Intermediárias de 30 de junho de 2012. A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à situação patrimonial e ao desempenho estão apresentadas nestas Informações Trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do CPC. 21 (Demonstração Intermediária):



Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2011	ITR do 2T-2012	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Caixa e Equivalentes de Caixa
*	4	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira
5	5	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
6	6	Tributos Compensáveis
7	7	Imposto de Renda e Contribuição Social
8	8	Depósitos Vinculados a Litígios
9	9	Ativos Financeiros da Concessão
10	10	Intangível
11	11	Fornecedores
12	12	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
13	13	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
14	14	Encargos Regulatórios
15	15	Obrigações Pós-Emprego
16	16	Provisões
17	17	Patrimônio Líquido
18	18	Receita
19	19	Custos e Despesas Operacionais
20	20	Resultado Financeiro Líquido
21	21	Transações com Partes Relacionadas
22	22	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
23	23	Mensuração pelo Valor Justo
27	24	Demonstrações do Valor Adicionado – DVA
26	25	Reajuste Tarifário
28	26	Eventos Subsequentes

(*) Informações incluídas no conjunto das Demonstrações Contábeis a partir do primeiro trimestre de 2012.

As notas explicativas do relatório anual de 2011 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
24	Seguros
25	Obrigações Contratuais

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	19.621	43.411
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	270.731	467.416
Letras Financeiras - Bancos	-	10.419
Letras Financeiras do Tesouro	2.269	2.792
Letras do Tesouro Nacional	-	909
Outras	13.953	2.349
	286.953	483.885
	306.574	527.296

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Trimestrais.



4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	30/06/2012	31/12/2011
Certificados de depósitos bancários	7.703	5.000
Letras Financeiras - Bancos	26.875	-
Outros	661	-
	35.239	5.000
Ativo Circulante	19.724	5.000
Ativo Não Circulante	15.515	-

5. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2012	31/12/2011
Residencial	510.850	187.530	128.196	826.576	797.392
Industrial	151.773	35.635	219.674	407.082	430.220
Comércio, Serviços e Outras	234.757	47.922	95.318	377.997	372.079
Rural	75.020	20.358	31.154	126.532	114.130
Poder Público	81.641	7.609	8.131	97.381	97.396
Iluminação Pública	52.747	3.434	23.910	80.091	79.498
Serviço Público	39.564	3.449	32.660	75.673	84.061
Subtotal – Consumidores	1.146.352	305.937	539.043	1.991.332	1.974.776
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	18	18	880
Concessionários – Transporte de Energia	132.310	14.198	147.830	294.338	258.980
Suprimento - Energia de Curto Prazo	-	-	862	862	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(321.817)	(321.817)	(311.543)
	1.278.662	320.135	365.936	1.964.733	1.923.093
Ativo Circulante				1.875.475	1.849.340
Ativo Não Circulante				89.258	73.753

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
Residencial	123.009	116.995
Industrial	76.884	74.715
Comércio, Serviços e Outras	78.471	75.390
Rural	17.023	16.168
Poder Público	3.923	4.346
Iluminação Pública	11.812	11.808
Serviço Público	10.695	12.121
	321.817	311.543



A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	30/06/2012
Saldo no início do exercício	311.543
Baixas por Recebimentos	(15.815)
Constituição de Provisão	26.089
Saldo no final do exercício	321.817

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS a Recuperar	70.452	73.487
COFINS	41.807	35.534
PIS-PASEP	9.851	8.490
Outros	1.663	1.449
	123.773	118.960
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	191.303	173.859
COFINS	71.456	61.018
PIS-PASEP	14.738	12.473
	277.497	247.350
	401.270	366.310

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2012 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	40.335	62.109
Contribuição Social	20.157	19.488
	60.492	81.597

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e de Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:



	30/06/2012	31/12/2011
Ativo		
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	273.154	265.504
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	117.279	113.785
Provisões	44.881	35.253
Instrumentos Financeiros	54.135	59.421
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Taxa de Administração	8.944	8.944
Variação Cambial	94.182	92.102
Outros	27.278	27.674
	773.008	755.838
Passivo		
Imposto de Renda	(147.288)	(203.366)
Contribuição Social	(53.024)	(73.211)
	(200.312)	(276.577)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	572.696	755.838
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	-	(276.577)

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PIS-PASEP/COFINS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2012	30/06/2011
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	429.680	475.373
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(146.091)	(161.627)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	5.118	3.903
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.262)	(1.133)
Outros	(5.159)	(3.049)
	(147.394)	(161.906)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	34,30%	34,06%
Alíquota Efetiva		
Corrente	(265.658)	(192.099)
Diferido	118.264	30.193

8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
Trabalhista	143.249	135.126
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	2.862	1.391
Cíveis	11.608	11.527
Outros	73.040	66.100
	849.081	832.466



Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

9. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011 a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.118.126
Adições (por transferência do Ativo Intangível)	836.177
Baixas	(2.987)
Saldo em 30 de junho de 2012	3.951.316

10. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2012

	2012			2011		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da Concessão Líquidos	6.664.497	(5.510.797)	1.153.700	6.895.430	(5.393.087)	1.502.343
Intangível em Curso	1.069.135	-	1.069.135	1.201.344	-	1.201.344
Total Intangível	7.733.632	(5.510.797)	2.222.835	8.096.774	(5.393.087)	2.703.687

b) Mutação do ativo intangível em 30 de junho de 2012

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2012
Ativos da Concessão Líquidos	1.502.343	(108.669)	(52.873)	(10.299)	(176.802)	1.153.700
Intangível em Curso	1.201.344	651.095	(783.304)	-	-	1.069.135
	2.703.687	542.426	(836.177)	(10.299)	(176.802)	2.222.835

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.



Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no montante de R\$6.777 em 30 de junho de 2012 (R\$27.973 em 30 de junho de 2011).

Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

11. FORNECEDORES

	30/06/2012	31/12/2011
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	179.069	162.506
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	120.167	35.096
Furnas	52.138	55.464
Cemig Geração e Transmissão	28.568	28.915
Tractebel Energia	21.941	22.062
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	26.214	26.563
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	11.808	13.154
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	12.082	14.798
CTEEP – Cia. de Trasm. de Energia Elétrica Paulista	7.763	6.990
Copel Geração e Transmissão	12.446	11.122
Eletrosul Centrais Elétricas	5.770	4.807
CESP – Cia. Energética de São Paulo	18.040	18.163
TAESA – Transm. Aliança de Energia Elétrica	5.636	5.068
CGTEE - Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica	4.581	3.165
Outros Geradores e Distribuidores	166.840	120.029
	673.063	527.902
Materiais e Serviços	189.083	225.229
	862.146	753.131

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS	269.193	259.613
COFINS	59.407	37.668
PIS-PASEP	12.898	8.178
INSS	13.159	16.392
Outros	12.451	19.105
	367.108	340.956
Não Circulante		
COFINS	508.228	543.360
PIS-PASEP	110.338	117.966
	618.566	661.326
	985.674	1.002.282



b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	42.377	-
Contribuição Social	15.539	-
	57.916	-

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 7 destas Informações Trimestrais.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2012						31/12/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank (2)	2013	6	USD	25.317	-	25.317	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	5.493	27.208	32.701	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.689	5.911	7.600	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				32.499	33.119	65.618	89.842
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.402	1.864	7.266	10.628
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	97.388	-	97.388	104.050
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	104.722	200.000	304.722	306.220
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83*	R\$	752.784	-	752.784	713.255
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(4.311)	-	(4.311)	(6.459)
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	98.821	-	98.821	99.114
Banco do Brasil S.A	2014	98,5% do CDI*	R\$	105.000	357.575	462.575	442.528
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64***	R\$	(2.604)	(1.994)	(4.598)	(5.891)
Banco do Brasil S.A (4)	2012	106% do CDI*	R\$	104.964	-	104.964	100.086
Banco do Brasil S.A (4)	2012	0,32***	R\$	(150)	-	(150)	(307)
Banco do Brasil S.A	2017	108,33% do CDI	R\$	1.529	200.000	201.529	-
Banco do Brasil S.A	2017	0,38***	R\$	(745)	(2.943)	(3.688)	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.544	12.779	48.323	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	963	868	1.831	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.770	24.554	51.324	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	62.603	12.059	74.662	128.256
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	21.703	514.274	535.977	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.741	362.683	365.424	372.697
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	69.891	353.589	423.480	428.238
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	2.017	2.937	4.954	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.590	1.462	14.052	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.528	21.488	58.016	68.300
Dívida em Moeda Nacional				1.534.150	2.061.195	3.595.345	3.421.380
Total Geral				1.566.649	2.094.314	3.660.963	3.511.222

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
 - a. *Taxa Contratual.
 - b. ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.
 - c. *** Taxa equivalente



A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.286	29.782	2.258	-	-	-	-	22.692	58.018
Euro	844	1.689	1.689	1.689	1.689	-	-	-	7.600
	4.130	31.471	3.947	1.689	1.689	-	-	22.692	65.618
Indexadores									
IPCA (1)	21.702	-	-	171.425	171.425	171.425	-	-	535.977
IGP-M (2)	2.741	-	362.683	-	-	-	-	-	365.424
UFIR/RGR (3)	42.163	67.143	69.378	61.022	49.534	39.978	35.362	58.898	423.478
CDI (4)	394.203	467.634	457.018	65.914	65.909	66.360	-	-	1.517.038
Taxas pré-fixadas	150.385	598.089	-	-	-	-	-	-	748.474
TR (5)	1.512	-	382	96	-	-	-	-	1.990
Outros	505	-	-	1.090	929	220	220	-	2.964
	613.211	1.132.866	889.461	299.547	287.797	277.983	35.582	58.898	3.595.345
	617.341	1.164.337	893.408	301.236	289.486	277.983	35.582	81.590	3.660.963

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo - IPCA

(2) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário - CDI

(5) Taxa Referencial - TR

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2012	Indexadores	Variação Acumulada em 2012
Dólar Norte-americano	7,76%	IGP-M	3,19%
Euro	5,19%	IPCA	2,32%
		CDI	4,59%

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.511.222
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	232.220
Variação Monetária e Cambial	30.976
Encargos Financeiros Provisionados	169.488
Encargos Financeiros Pagos	(119.380)
Amortização de Financiamentos	(163.444)
Custo de Transação na Obtenção de Financiamentos	(3.753)
Amortização do Custo de Transação na Obtenção de Financiamentos	3.634
Saldo em 30 de junho de 2012	3.660.963

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas contratuais restritivas “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 dezembro.

Em 30 de junho de 2012, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

14. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão – RGR	42.782	34.870
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	26.680	50.887
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	37.570	32.674
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.806	1.806
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT	2.972	2.365
Eficiência Energética	135.465	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	75.717	88.678
Pesquisa Expansão Sistema Energético	70	1.182
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	382	18.790
Encargos de Capacidade Emergencial	31.054	31.092
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	4.411	3.499
	360.116	398.065
Passivo Circulante	224.260	210.312
Passivo Não Circulante	135.856	187.753

15. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	613.102	413.441	22.364	343.885	1.392.792
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	34.403	25.835	506	20.603	81.347
Contribuições Pagas	(46.858)	(19.555)	(307)	(4.581)	(71.301)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012	600.647	419.721	22.563	359.907	1.402.838
Passivo Circulante	43.650	-	-	-	43.650
Passivo Não Circulante	556.997	419.721	22.563	359.907	1.359.188

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

16. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2012
Trabalhistas	18.469	3.290	(4.279)	17.480
Cíveis				
Relações de Consumo	46.711	9.395	(1.262)	54.844
Outras ações cíveis	10.748	15.143	(499)	25.392
	57.459	24.538	(1.761)	80.236
Tributárias	3.109	291	-	3.400
Ambientais	276	(53)	-	223
Regulatórias	20.238	(3.397)	(2.535)	14.306
Outras	4.133	3.650	(56)	7.727
Total	103.684	28.319	(8.631)	123.372

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

A reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foi a principal causa das constituições realizadas em 30 de junho de 2012, no montante de R\$28.319, que passou para perda provável.

Obrigações Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$131.658 (R\$126.088 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$17.480 (R\$18.469 em 31 de dezembro de 2011) foram provisionados.



Relações de Consumo

A Cemig D é parte em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de incidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$84.709 (R\$125.007 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$54.844 (R\$46.711 em 31 de dezembro de 2011) foram provisionados.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$85.133, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$141.296 (R\$136.391 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig D, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$499.615 (R\$477.769 em 31 de dezembro de 2011).



Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$194.368 (R\$187.389 em 31 de dezembro de 2011).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig D, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$300.731 (R\$330.871 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cemig D referente à tributação na CSLL do período de apuração 2008/2009, por contestar a constituição de crédito tributário em relação a doações e patrocínios de caráter cultural e artístico, multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa, realizada pela Companhia com base em pareceres emitidos por seus consultores e assessores jurídicos. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$61.745.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.



A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final contra a Companhia. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.039.813 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011). Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser, impactada.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig D é parte em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig D na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$10.431 (R\$11.706 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Controladora é parte em várias outras ações civis públicas com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.148.604 (R\$1.171.696 em 31 de dezembro de 2011). Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$127.790 (R\$122.531 em 31 de dezembro de 2011).

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$149.844 (R\$1.061.084 em 31 de dezembro de 2011). A variação ocorrida deve-se ao recálculo realizado pela área técnica, com colaboração de consultores jurídicos especializados, onde foram adotados novos critérios para mensurar os possíveis impactos financeiros caso ocorra uma mudança no critério de reajuste homologado pela ANEEL.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$150.810 (R\$147.517 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2012 e 2011, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

O Conselho de Administração da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 27 de abril de 2012, aprovou a destinação do resultado do exercício de 2011, no montante de R\$719.971, da seguinte forma:

- R\$35.999, relativos a 5% do resultado do exercício, para a constituição de Reserva Legal;
- R\$683.972, relativos a 95% do resultado do exercício, para pagamento de dividendos.



Do montante destinado, a Companhia efetuou pagamentos, até 31 de dezembro de 2011, de R\$142.613 como Juros Sobre Capital Próprio e R\$ 297.794 como dividendos intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2011. O restante, no montante de R\$243.565, será pago como dividendos complementares até 31 de dezembro de 2012, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	150.900	150.900
Dividendos adicionais propostos	-	243.565
	150.900	394.465

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2012	30/06/2011	Abr a Jun/12	Abr a Jun/11
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998	2.261.998	2.261.998
Lucro do período	282.286	313.467	129.089	169.868
Lucro por ação (em R\$)	0,1248	0,1386	0,0571	0,0751

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

18. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	5.260.580	4.727.774
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	925.270	893.198
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	542.426	572.165
Outras Receitas Operacionais (b)	153.186	91.305
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (c)	(2.409.575)	(2.202.051)
	4.471.887	4.082.391

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Residencial	4.383.682	4.268.700	2.398.313	2.040.145
Industrial	2.093.784	2.414.026	773.725	803.768
Comércio, Serviços e Outros	2.721.614	2.614.405	1.224.299	1.090.028
Rural	1.264.667	1.141.364	354.065	314.054
Poder Público	409.577	402.198	176.657	163.824
Iluminação Pública	615.371	578.224	167.862	147.305
Serviço Público	578.059	565.999	169.976	156.984
Subtotal	12.066.754	11.984.916	5.264.897	4.716.108
Consumo Próprio	17.197	18.206	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(4.317)	(7.967)
	12.083.951	12.003.122	5.260.580	4.708.141
Transações com Energia na CCEE (*)	137.398	232.232	-	19.633
Total	12.221.349	12.235.354	5.260.580	4.727.774

(*) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

b) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Serviço Taxado	7.718	7.501
Outras Prestações de Serviços	5.106	8.864
Subvenções (*)	97.025	45.025
Aluguel e Arrendamento	42.690	29.315
Outras	647	600
	153.186	91.305

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobras, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobras.

c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2012	30/06/2011
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.255.419	1.136.260
PIS-PASEP	104.400	95.275
COFINS	480.874	438.842
ISSQN	140	321
	1.840.833	1.670.698
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão - RGR	49.697	29.354
Programa de Eficiência Energética - PEE	6.731	16.153
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	225.418	196.047
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	254.837	263.943
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.015	6.461
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	8.015	6.461
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.007	3.231
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	12.022	9.703
	568.742	531.353
	2.409.575	2.202.051

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Pessoal (a)	386.312	369.290
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	78.828	20.043
Obrigações Pós-Emprego (Nota 15)	46.944	43.665
Materiais	21.895	33.218
Serviços de Terceiros (b)	325.044	315.870
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.780.889	1.463.718
Amortização	176.471	189.595
Provisões Operacionais (d)	53.120	63.126
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	391.911	318.811
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	542.426	572.165
Outras Despesas Líquidas (e)	94.260	95.092
	3.898.100	3.484.593

a) Despesas com Pessoal	30/06/2012	30/06/2011
Remunerações e Encargos	340.492	334.160
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	22.798	21.441
Benefícios Assistenciais	50.007	46.707
	413.297	402.308
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(35.768)	(37.325)
Programas de Desligamento de Empregados	8.783	4.307
	386.312	369.290

b) Serviços de Terceiros	30/06/2012	30/06/2011
Agentes Arrecadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	79.560	70.075
Comunicação	42.868	51.748
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	74.234	71.642
Conservação e Limpeza de Prédios	21.452	18.780
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	15.158	15.441
Mão de Obra Contratada	8.520	5.359
Fretes e Passagens	1.792	2.346
Hospedagem e Alimentação	5.267	7.225
Vigilância	3.857	3.869
Consultoria	1.141	1.164
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	15.083	17.906
Manutenção e Conservação de Veículos	3.547	11.010
Corte e Religação	14.503	13.956
Podas de Árvores	11.732	11.271
Outros	26.330	14.078
	325.044	315.870

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Energia de Itaipu Binacional	417.243	367.397
Energia de Curto Prazo	320.256	143.195
Contatos Bilaterais	133.774	123.585
Energia adquirida em Leilão	971.688	879.734
PROINFRA	112.740	86.860
Créditos de PASEP/COFINS	(174.812)	(137.053)
	1.780.889	1.463.718



Distribuição S.A.

d) Provisões Operacionais	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Prêmio de Aposentadoria	(1.288)	(450)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	26.089	25.346
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	3.290	4.577
Cíveis	24.538	13.829
Tributárias	291	1.374
Ambientais	(53)	26
Regulatórias	(3.397)	18.117
Outras	3.650	307
	28.319	38.230
	53.120	63.126

e) Outras Despesas Líquidas	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	35.255	29.340
Propaganda e Publicidade	3.555	7.114
Consumo Próprio de Energia Elétrica	7.280	11.646
Subvenções e Doações	6.214	6.063
Taxa de Fiscalização da ANEEL	10.798	10.490
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	17.707	7.814
Contribuições à CCEE	1.182	1.486
Seguros	846	1.132
Forluz – Custeio Administrativo	8.184	4.567
Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação de Faixa de Domínio das Rodovias - TFDR	7	14.991
Outras (Recuperação de Despesas)	3.232	449
	94.260	95.092

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/06/2012	30/06/2011
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	16.903	28.128
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	69.190	59.879
Variações Cambiais	8.381	15.881
Ganhos Líquidos com Instrumentos Financeiros (nota 22)	19.195	-
Outras	35.444	32.695
	149.113	136.583
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(162.593)	(137.643)
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(34.403)	(45.396)
Variações Cambiais	(25.939)	(2.628)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(24.443)	(30.202)
Perdas Líquidas com Instrumentos Financeiros (nota 22)	-	(12.657)
Variação Monetária P&D e PEE	(9.389)	(12.809)
Variações Monetárias	(5.819)	(728)
Outras	(30.634)	(16.945)
	(293.220)	(259.008)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(144.107)	(122.425)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	10.834	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	352.781	109.215	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	369	4.146	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	260	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.752	3.554	28.568	28.915	20.668	23.684	(123.278)	(124.227)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	19	18.066	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	809	749	-	-	(3.680)	(2.702)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.968	7.320	2.471	2.328	(35.278)	(27.975)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	7.576	6.657	-	-	46.593	43.150	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	6.617	25.016	-	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (5)	70.452	73.487	269.193	259.613	(1.255.419)	(1.136.260)	-	-
Não Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (5)	191.303	173.859	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	43.650	53.687	-	-	(46.944)	(43.665)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(22.798)	(21.441)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(8.184)	(4.567)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	1.359.188	1.339.105	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	8.241	15.310	-	-	15.724	15.893



As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores;
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (4) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se às operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 5, 12, 13, 15, 18 e 19 das Informações Contábeis Intermediárias.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros de Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria o Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos, devendo ser destacado que o valor justo similar ao valor contábil para os Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição decorrem do recebimento anual na tarifa da remuneração financeira desses ativos, com base na taxa de remuneração média do capital (WAAC) regulatória estabelecido pela ANEEL.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;



- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo Reclassificado
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.964.733	1.964.733	1.923.093	1.923.093
Fundos Vinculados	43.840	43.840	3.279	3.279
Ativos Financeiros – Concessão	3.951.316	3.951.316	3.118.126	3.118.126
	5.959.889	5.959.889	5.044.498	5.044.498
Mantidos até o vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	25.031	25.031	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	10.208	10.208	5.000	5.000
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	17.440	17.440	-	-
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	862.146	862.146	753.131	753.131
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.660.963	3.699.268	3.511.222	3.598.107
Obrigações Pós-Emprego	1.402.838	1.402.838	1.392.792	1.392.792
	5.925.947	5.964.252	5.657.145	5.744.030
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	-	-	25.764	25.764

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.



Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 30 de junho de 2012, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2012	31/12/2011
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	58.018	81.815
Fornecedores (Itaipu Binacional)	178.635	162.071
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(17.440)	(32.312)
	<u>219.213</u>	<u>211.574</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	7.600	8.027
Passivo Líquido Exposto	<u>226.813</u>	<u>219.601</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2013 será de 5,49% para o Dólar (R\$1,910) e de 7,42% para o Euro (R\$2,371). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	58.018	54.832	68.540	82.248
Fornecedores (Itaipu Binacional)	178.635	168.825	211.031	253.238
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(17.440)	(16.482)	(20.603)	(24.723)
	<u>219.213</u>	<u>207.175</u>	<u>258.968</u>	<u>310.763</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	7.600	7.036	8.795	10.555
	<u>226.813</u>	<u>214.211</u>	<u>267.763</u>	<u>321.318</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>226.813</u>	<u>214.211</u>	<u>267.763</u>	<u>321.318</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>12.602</u>	<u>(40.950)</u>	<u>(94.505)</u>

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig às Taxas de Juros Nacionais	30/06/2012	31/12/2011
Ativos		
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 3)	286.953	483.885
Títulos e Valores Mobiliários	35.239	5.000
Fundos Vinculados	43.840	3.279
	<u>366.032</u>	<u>492.164</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	(1.517.038)	(1.404.636)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(17.440)	(32.312)
	<u>(2.134.478)</u>	<u>(2.036.948)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.768.446)</u>	<u>(1.544.784)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de junho de 2013 será de 7,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	Cenário Base SELIC 8,50%	Cenário Provável SELIC 7,50%	Cenário Possível SELIC 9,38%	Cenário Remoto SELIC 11,25%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	286.953	308.474	313.855	319.235
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	35.239	37.882	38.543	39.203
Fundos Vinculados	43.840	47.128	47.950	48.772
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 13)	(1.517.038)	(1.630.816)	(1.659.260)	(1.687.705)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(643.200)	(654.000)	(667.500)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(17.440)	(18.748)	(19.075)	(19.402)
	<u>(2.134.478)</u>	<u>(2.292.764)</u>	<u>(2.332.335)</u>	<u>(2.374.607)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.768.446)</u>	<u>(1.899.280)</u>	<u>(1.931.987)</u>	<u>(1.967.397)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(130.834)</u>	<u>(163.541)</u>	<u>(198.951)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.



A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17.890	92.588	707.697	1.699.160	395.154	2.912.489
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	49.638	148.915	549.921	-	-	748.474
	67.528	241.503	1.257.618	1.699.160	395.154	3.660.963

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos em 30 de junho de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$321.817.



No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em três fundos de investimentos, que possuem, aproximadamente, 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.



Além destes pontos, a CEMIG estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas são exigidas semestralmente conforme descrito na Nota Explicativa nº 13 das Informações Contábeis Intermediárias.

Em 30 de junho de 2012, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Risco de não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.



Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de junho de 2012 no montante de R\$19.195 (perda de R\$12.657 no mesmo período de 2011), registrados no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 30 de junho de 2012:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado		Perda não Realizada				Efeito acumulado	
				Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago		
				30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/06/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/06/2012	30/06/2012
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.414	US\$17.226	(22.472)	(47.611)	(23.568)	(48.351)	-	(24.009)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	15.912	7.580	41.008	22.587	-	-

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima, em um cenário provável em 30 de junho de 2013, que a taxa do CDI será de 7,50% e a depreciação cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 5,49% para o Dólar (R\$1,910).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do Dólar de 25%



e 50% em relação a 30 de junho de 2012, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de junho de 2013 seria de 9,38% e 11,25% respectivamente.

Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Cenário Base 30/06/2012 8,50%	Cenário Provável 7,50%	Cenário Possível 9,38%	Cenário Remoto 11,25%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	17.440	18.748	19.075	19.402
Efeito Líquido da Variação do CDI		(1.308)	(1.635)	(1.962)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	17.440	16.482	20.603	24.723
Efeito Líquido da Variação do US\$		958	(3.163)	(7.283)
Efeito Líquido		(2.266)	1.528	5.321

Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/06/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	643.200	654.000	664.800
Efeito Líquido da Variação do CDI		(43.200)	(54.000)	(64.800)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		25.620	14.820	4.020

Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
Total do Passivo	8.255.048	8.078.067
Caixa e Equivalentes de Caixa	(306.574)	(527.296)
Títulos e Valores Mobiliários	(35.239)	(5.000)
Fundos Vinculados	(43.840)	(3.279)
Dívida Líquida	7.869.395	7.542.492
Total do Patrimônio Líquido	2.695.184	2.656.463
Capital Ajustado	2.695.184	2.656.463
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado no final de dezembro	2,92	2,84

23. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/06/2012	Valor justo em 30 de junho de 2012		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	4.781	-	4.781	-
Letras Financeiras - Bancos	5.427	-	5.427	-
	10.208	-	10.208	-
Fundos Vinculados	43.840	-	43.840	-
Contratos de Swaps	17.440	-	17.440	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em Reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

24. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

25. REAJUSTE TARIFÁRIO

Em 8 de abril de 2012, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 5,24%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 2,90% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,34%, que vigorará até abril de 2013. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2011, de 2,39%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 3,85%.



26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou, no dia 02 de julho de 2012, sua 5ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor total de R\$640 milhões.

Foram emitidas 64 notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$10 milhões de reais (“Notas Promissórias”), com vencimento em 27 de junho de 2013. O valor nominal unitário das Notas Promissórias não será atualizado. As Notas Promissórias serão remuneradas por juros correspondentes a 104,08% da Taxa DI. As Notas Promissórias contarão com aval da CEMIG.

A emissão das Notas Promissórias foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de junho de 2012. Os recursos captados com a Oferta serão destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados, pagamento de dívida(s) contraída(s) e/ou reforço do capital de giro da Emissora.

O BB - Banco de Investimento S.A. foi o Coordenador Líder da Oferta.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contida no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias referentes à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias de acordo com CPC 21, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de agosto de 2011, o qual conteve parágrafo de ênfase relacionado ao fato de que a Companhia possuía contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula de compromisso financeiro (“covenants”) que não estava atendida na data base 30 de junho de 2011. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, reclassificou o montante de R\$1.265 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Ricardo F. Gomez
Auditores Independentes Contador
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG CRC-1SP 218.398/O-1 S/MG